

NOVA HISTÓRIA PARA A MATA ATLÂNTICA

Após cinco séculos tratada a ferro e fogo, a pretexto de um desenvolvimento que nem sempre veio, a floresta que deu nome ao Brasil está pronta para contar uma história diferente. E nós, secretários de Meio Ambiente dos Estados da Mata Atlântica queremos ser protagonistas desse compromisso em prol do bioma, um patrimônio nacional.

A sociedade brasileira não aceita mais o desmatamento como o preço a pagar pela geração de riqueza. Ao contrário: como descobriram os habitantes da região Sudeste, a perda das florestas e dos serviços que prestam, como a conservação de recursos hídricos, tem impacto negativo e direto sobre a qualidade de vida dos moradores das cidades. Considerando que 72% dos brasileiros habitam a região originalmente coberta pela Mata Atlântica, preservar o que restou e restaurar o que se perdeu tornou-se uma questão de sobrevivência. E uma agenda estratégica para o país.

Além disso, os 12,5% da Mata Atlântica que ainda restam de pé são um ativo econômico cada vez mais importante para Estados e municípios. O setor de turismo, que responde hoje por quase 4% do PIB do país, tem um peso crescente na geração de emprego e renda. O Brasil é considerado pelo Fórum Econômico Mundial o país com o maior potencial de geração de receita turística pelo uso de seu patrimônio natural. A Mata Atlântica, a mais próxima dos grandes centros urbanos, é chave para a transformar esse potencial em vantagem competitiva. Não por acaso, é ela que abriga os dois parques nacionais mais visitados do país, Tijuca e Iguaçu.

A prestação de serviços que vão da polinização à conservação da água e da estabilidade dos solos também faz da floresta uma importante aliada da agropecuária, atividade da qual ainda dependem muitos de seus Estados.

Realizar todo o potencial econômico, paisagístico, climático, cultural e espiritual da Mata Atlântica, porém, requer um novo pacto da sociedade com a floresta. Mas o inverso disso vem acontecendo. Mesmo sob proteção oficial, o bioma mais ameaçado do Brasil continua tombando: a taxa de desmatamento voltou a crescer nos últimos anos, com 9% de aumento em 2013 e quase 29% em 2012. São números vergonhosos, que atentam contra o interesse nacional e o dos moradores dos Estados que representamos.

Essa realidade não cabe no século XXI, e passa da hora de ajudarmos a Mata Atlântica e o Brasil a virar essa página e deixá-la no passado. **Por isso nós, signatários desta carta, estamos adotando o compromisso de ampliar a cobertura florestal nativa e perseguir a meta de zerar o desmatamento ilegal na Mata Atlântica até 2018.**

Trata-se de uma meta ambiciosa, sem dúvida. Mas perfeitamente alcançável. Sua base jurídica já está dada há anos, por um instrumento fundamental: a Lei da Mata Atlântica, de 2006, regulamentada nos Estados. É preciso torná-la realidade, com a contribuição dos municípios, na implementação dos Planos Municipais da Mata Atlântica como um dos instrumentos que colocarão todos os remanescentes dessa floresta sob proteção nos 3.429 municípios abrangidos pela lei.

Além disso, o Código Florestal, de 2012, prevê a restauração de cerca de 20 milhões de hectares desmatados ilegalmente.

O compromisso ora firmado consiste em implementar essas duas leis nos nossos Estados, coibindo o desmatamento e disseminando o Cadastro Ambiental Rural e os Planos de Recuperação Ambiental para que a floresta possa retornar aos lugares de onde ela jamais deveria ter saído. O exemplo da moratória ao desmatamento implementada em 2013 em Minas Gerais é encorajador.

Mas é preciso ir além de medidas de comando e controle: devemos usar mecanismos financeiros já existentes para bancar a conservação: ampliar o ICMS Ecológico, para ajudar municípios com unidades de conservação; usar os fundos estaduais e os fundos de compensação ambiental; estimular a criação de RPPN, as Reservas Particulares do Patrimônio Natural, já que 80% da Mata Atlântica está em áreas privadas; e implementar urgentemente incentivos previstos no Código Florestal, como o Pagamento por Serviços Ambientais.

É nossa convicção que nenhuma estratégia de desenvolvimento duradoura para o país pode prescindir da floresta onde nasceu o Brasil. É preciso coragem e vontade política para inaugurar esse novo capítulo da trajetória da Mata Atlântica. Não só para que daqui a cinco séculos ainda exista floresta para contar a história – mas também para que daqui a cinco séculos ela tenha muita história para contar.

Secretários de Meio Ambiente dos Estados da Mata Atlântica

EUGÊNIO SPENGLER

Secretário do Meio Ambiente da Bahia

LUIZ HENRIQUE SOUSA CARVALHO

Secretário de Meio Ambiente e Recurso Hídricos do Piauí

ARTUR VIEIRA BRUNO

Secretário do Meio Ambiente e Sustentabilidade do Ceará

ANDRÉ CORRÊA

Secretário de Estado do Ambientado Rio de Janeiro

RODRIGO MARQUES DE ABREU JÚDICE

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo

JOSÉ MAIRTON FRANÇA

Secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Norte

LUIZ SÁVIO DE SOUZA CRUZ

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais

ANA MARIA PELLINI

Secretária de Estado do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Sul

JOÃO AZEVÊDO LINS FILHO

Secretário de Estado dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia da Paraíba

PATRICIA FAGA IGLECIAS LEMOS

Secretária de Estado do Meio Ambiente de São Paulo

RICARDO JOSÉ SOAVINSKI

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná

OLIVIER FERREIRA DAS CHAGAS

Secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe

SÉRGIO XAVIER

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco